



ACÓRDÃO Nº 605/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11523/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Carla Monica Tavares de Souza (Ordenador de Despesa).
- 4- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha – SAAE.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 506/2019-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha - SAAE. Exercício de 2015.

Revelia. Irregularidade. Alcance. Multa. Comunicação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar Revel** a **Sra. Carla Monica Tavares de Souza**, responsável pelas Contas, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do TCE;
- 10.2. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Carla Monica Tavares de Souza**, responsável pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha, exercício de 2015, nos termos do art. 71, II da CF/88 c/c art. 40, II, da CE/89; art. 22, inciso III, alínea “b” e “c” c/c art. 25 da Lei nº 2.423/96-LO/TCE;
- 10.3. **Considerar em Alcance** a **Sra. Carla Monica Tavares de Souza**, no valor de **R\$ 236.597,36** (duzentos e trinta e seis mil quinhentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos), nos moldes do art. 305 da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, face à irregularidade atentatória à incolumidade do erário verificada na instrução e transcrita na fundamentação do Voto, item 7c, que deve ser recolhido na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Barreirinha no prazo de 30 dias.



ACÓRDÃO Nº 605/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará a continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sra. Carla Monica Tavares de Souza**, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, II, b, da Resolução 4/2002, por sonegação de processo ou documento, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal, correspondentes às Restrições nºs 7a, 7b e 7c, transcritas na fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.5. Aplicar Multa ao Sra. Carla Monica Tavares de Souza**, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, correspondentes às Restrições nºs 1, 2, 3a, 3b, 4, 5 e 6, transcritas na fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº 605/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.6. Comunicar** à Secretaria da Receita Federal do Brasil, acerca da inadimplência da Autarquia quanto ao não recolhimento das contribuições previdenciárias;
- 10.7. Determinar** o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, de acordo com o inciso XXIV, artigo 1º da Lei nº 2423/96, para adoção de medidas que entender necessárias.
- 11- Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 16 de Julho de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral